



Literaturas de formação: entre prescrições e imaginários

MÁRCIA REGINA DOS SANTOS*

Os conflitos mundiais ocorridos no início do século XX abalaram profundamente as noções temporais sob as quais se organizavam e se desenvolviam as diversas culturas. Instalou-se uma crise acerca da questão de um passado referencial, um presente vivido alargado e, principalmente, um futuro obscurecido pela destruição material e simbólica. A experiência das guerras mergulhou as sociedades num “tempo desorientado” (HARTOG, 2013: 20) o qual hifenizou as expectativas de continuidade e evolução. Nesse sentido, as sociedades, mais do que nunca, necessitavam se (re) construir ao final da II Guerra Mundial. Os percursos foram interrompidos e os projetos foram abreviados, dissipando assim, a ideia de progresso que previa melhorias e aperfeiçoamentos. Além de abalar profundamente as estruturas sociais, políticas e econômicas de grande parte dos países do mundo, o conflito alterou percepções temporais e gerou novas abstrações com relação ao passado e ao futuro. As convicções de um futuro próspero foram substituídas pelas incertezas da reconstrução e as instabilidades de governos fragilizados.

Em meio às transformações culturais, políticas e econômicas ocorridas no cenário mundial em meados do século XX, se fazia necessário buscar subsídios para reabilitar as sociedades em seus códigos de convivência e civilidade. Na condição de pensar historicamente as literaturas de formação, o presente trabalho buscou evidenciar elementos que contribuam no entendimento de como na década de 1960, a parcela da sociedade brasileira leitora de manuais de civilidade, elaborou imaginários sociais acerca dos padrões compreendidos como adequados para mulheres. Para tanto foram utilizados os manuais *Aprenda as Boas Maneiras*, de Dora Maria (1961) e *Guia de boas maneiras*, de Marcelino de Carvalho (1961), os quais são parte de um acervo de pesquisa composto por vinte e dois outros livros sobre o mesmo tema. A partir de uma linha teórica na qual é possível vislumbrar os estratos de tempo e as múltiplas temporalidades (KOSELLECK, 2014) com o intuito de entrecruzar os olhares sobre os documentos, a problemática foi construída a partir de

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC), na linha de Pesquisa Linguagens e Identificações, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Teresa Santos Cunha. Bolsista do Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação (PROMOP). E-mail marcia0705@gmail.com.

prescrições e representações contidas nos manuais, entendidos como literatura de formação. Com vistas a pensar as peculiaridades que configuram esses livros como produtores e produtos de um tempo e espaço específicos, as representações, compreendidas como elaborações culturais que se dão por meio da leitura e suas apropriações, sob a ótica de Roger Chartier (1990), contribuíram para vislumbrar as instâncias em que as leituras se fazem prescrições e se instituem em práticas. Esse percurso teórico foi operatório no sentido de elaborar uma interpretação possível sobre o conjunto de signos compartilhados, internalizados e informalizados por determinados grupos, ou seja, um imaginário (BACZKO, 1985) do período acerca dos comportamentos e posturas na vida em sociedade.

Em meio aos diversos subsídios utilizados para promover a sustentabilidade dos grupos sociais após o caos da Guerra, figuravam manuais de civilidade que pretendiam instruir sobre etiqueta e boas maneiras. A coesão cultural e a reafirmação dos hábitos considerados civilizados diluía, em termos, a sensação de estar imerso em um mundo totalmente desprovido de empatia e cordialidade. Identificados com maior circulação provavelmente desde o século XVI, sob os mesmos princípios, esses manuais eram portadores de conjuntos prescritivos para as diversas circunstâncias da vida, tomando como base, a vida na sociedade de corte. Segundo Pilla, sobre as remodelações promovidas pelo rei francês Francisco I, em Paris,

Esse empreendimento ‘civilizatório’ trazia em seu bojo também uma crescente preocupação em relação ao refinamento dos costumes, pois se acreditava que as civilidades, sua aprendizagem e prática, influíam nas relações entre as pessoas e seriam ingredientes eficientes para a construção de um mundo mais agradável. Através de guias de conduta, a sociedade europeia do período procurou construir padrões de comportamento capazes de regulamentar a vida das pessoas frente a um período de transição. Não apenas as maneiras de falar e de pensar, as posturas, gestos, mas os comportamentos em geral acompanhando o curso de um processo civilizador. (PILLA, 2016: 152).

Esse período está, predominantemente, circunscrito a um tempo linear no qual a evolução é sinônimo de melhoria. Era previsto que as sociedades rumassem para condições mais aprazíveis, tanto no âmbito material, quanto espiritual e cultural. O refinamento dos hábitos era uma percurso a ser seguido pelos indivíduos, visão esta que se deslocou no tempo, de acordo com as conjunturas vigentes, no entanto, prevaleceu o foco que compreende como necessária a preparação dos indivíduos para uma convivência cordial e polida, bem como, a

penetração em círculos sociais mais restritos, e, para tanto, se produziam manuais. Os manuais de etiqueta e boas maneiras, foram presentes na sociedade brasileira, possivelmente, desde que os primeiros escritos chegaram juntamente com a colonização portuguesa. No entanto, o que se ressalta aqui é a perenidade desses objetos e a sua identificação com as transformações sociais, uma vez que, os costumes são elementos móveis no universo cultural, mesmo quando alinhavados pela perpetuação de práticas consideradas tradicionais para determinados grupos. Ainda que a sociedade brasileira não tivesse sido diretamente acometida pelo caos gerado pela II Guerra, o desejo de sintonia com as culturas provenientes do Velho Mundo – os quais inspiravam as escritas brasileiras – alinhou-se ao aquecimento editorial (HALLEWELL, 2005) e inúmeras publicações sobre etiqueta e boas maneiras ganharam o mercado. O número de edições identificadas nos manuais utilizados nesta pesquisa são indiciários de permanências. Os projetos editoriais, motivados por retorno comercial e financeiro, sinalizam para um possível sucesso de vendagem de publicações que permaneceram editadas e reeditadas por mais de uma década. O manual da autora Dora Maria foi publicado pela primeira vez em 1958 e permaneceu editado até 1979¹.

O manual do autor Marcelino de Carvalho, de título *Guia de Boas Maneiras*, teve sua publicação mais antiga² encontrada em 1961, e, a mais recente³ em 1991. No ano de 2006, o manual ganhou uma interpretação publicada pela jornalista, *socialite* e autora Claudia Matarazzo, intitulado “Marcelino por Claudia - O guia de boas maneiras de Marcelino de Carvalho interpretado por Claudia Matarazzo”, comentado em reportagem pela Folha de São Paulo *on line*.

Nesta obra, Claudia faz uma releitura do clássico "Guia de Boas Maneiras", de Marcelino. Ela compara os costumes abordados há 50 anos com os de hoje.

"Ao longo do trabalho, percebi que seu texto, além de impecável e divertido, continua atualíssimo. E, algumas vezes, francamente de vanguarda, quase transgressor", diz Claudia.

Os capítulos abrangem situações diversas, do aperto de mão às cerimônias fúnebres. Aprende-se também como se recusa um convite, como se portar em bailes, danças, reuniões e festas, como convidar, etiqueta à mesa, a escolha de cardápios, bebidas,

¹ Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/b/dora-maria/aprenda-as-boas-maneiras/1379434549?q=aprenda+boas+maneiras&offset=2> Acesso em : 01 abr. 2017.

² Disponível em: <http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-804786042-guia-de-boas-maneiras-marcelino-de-carvalho-1961-ed-nacional-JM> . Acesso em: 01 abr. 2017.

³ Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/estacaoculturaltaubate/marcelino-de-carvalho-guia-de-boas-maneiras-511749634>. Acesso em: 01 abr. 2017.

os cumprimentos em um casamento, batismo, primeira comunhão, visitas, além de um capítulo sobre como lidar com crianças e as relações entre patrões e empregados, entre colegas do trabalho. O livro também fala sobre regras de correspondência, de vestuário e como resolver conflitos como ciúme e divórcio. (FOLHA DE SÃO PAULO *on line*, 11/08/2010).⁴

Anunciado como uma releitura, o livro, em sua descrição dos capítulos, aponta para o repertório de relações e rituais sociais que demandavam etiqueta específica na década de 1960 como ainda vigentes depois dos 2000. Publicado pela Companhia Editora Nacional – mesma editora de Carvalho – o manual do século XXI faz um tributo ao autor publicado por cerca de trinta anos e estabelece aproximações com um passado recente, perpetuando práticas e representações acerca de boas maneiras. Quando Reinhart Koselleck (2014: 209) indaga sobre “o quão nova é a modernidade”, suscita a discussão de que cada tempo caracteriza o “novo” amparado na superação dos paradigmas e pondera que este, mobilizado como categoria histórica, é composto por várias camadas de tempo que se sobrepõem e se alternam impulsionados pelo meio em que se inscrevem. Os manuais de Carvalho e Matarazzo não são novos e tampouco, iguais, mas, são compostos por vários estratos de tempo que ora se mostram e ora se ocultam num movimento de adequação aos objetivos editoriais e às sensibilidades que despertam nos leitores. A permanência no mercado e a identificação com o leitor são produtos dessa mescla de tempos que misturam passados, presentes e futuros num sedutor jogo de palavras. Afirmar que as boas maneiras não mudaram seria mero reducionismo num processo que permanece em constante movimento para se perenizar.

No Brasil da década de 1960, com um parque gráfico em ampliação (HALLEWELL, 2005), possivelmente as publicações aumentavam, alternando-se entre traduções e autorais. No entanto, é relevante pensar na permanência dos manuais como meios de constituir padrões e distinções nas quais se destacam categorias como classe e gênero. Como salientou Cunha (2005; 2009), esse tipo de leitura auxiliava nos intuitos de ascensão social e, principalmente a adequação aos meios desconhecidos em que as famílias emergentes passavam a circular a partir de mudanças econômicas ou mesmo geográficas, do rural para o urbano, por exemplo. Os relacionamentos humanos demandavam uma organização na qual se priorizava a forma de conduta e os sentimentos civilizados (ELIAS, 1993), para assim, proporcionar uma

⁴ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/livrariadafolha/683468-classico-dos-livros-de-etiqueta-ensina-a-ser-mais-sofisticado-e-elegante.shtml> . Acesso em: 15 nov. 2016.

convivência pacífica e condizente com o esperado de cada um dos gêneros. Nesse contexto, havia atitudes e posturas esperadas das mulheres tanto no espaço privado quanto no público. A partir de pesquisa realizada a partir das revistas *O Cruzeiro* e *Jornal das Moças* do período conhecidos como “Anos Dourados”, sobre as representações de mulheres solteiras e casadas e as prescrições para suas condutas, Bassanezi⁵ considera,

O código da moralidade era de domínio geral e praticamente todos se sentiam aptos a julgar os comportamentos de uma jovem: os pais, os vizinhos, os amigos e amigas, os educadores, os jornalistas... A moralidade defendia a boa família, ou melhor, o modelo de família. (BASSANEZI, 2007: 163).

Se determinados conceitos faziam parte do repertório de atributos das mulheres talhadas para a sociedade⁶, questões localizadas fora dessas balizas tornavam-se motivos de preconceito e marginalidade. Nessa esteira, as etiquetas e boas maneiras pensadas para as mulheres seguem o desenho de uma mulher estereotipada, que reafirma padrões e permanece na ordem de uma sociedade patriarcal, diminuindo a margem de mudanças e da auto leitura sobre a sua atuação e vivência em sociedade. No manual de Dora Maria aparecem prescrições direcionadas às mulheres, prioritariamente por considerá-las responsáveis pela condução das situações relativas ao doméstico. Por exemplo, os trechos destacados do livro de Dora Maria pertencem aos itens *Refeições* e *Amizades*, respectivamente.

Toda a responsabilidade sobre o brilho de um jantar, recai na dona da casa, por isso cabe-lhe um grande esforço, no sentido de que tudo corra admiravelmente, quer conte com grande número de criados, quer disponha de apenas uma ajudante. (MARIA, 1961: 60).

Durante as visitas a dona da casa não deve ausentar-se da sala. (MARIA, 1961: 122).

⁵ Nessa pesquisa Carla Bassanezi utiliza exemplares da Revista *O Cruzeiro* que tinha considerável vendagem e circulação. Não era uma publicação direcionada para mulheres, no entanto, algumas seções e reportagens abordavam questões relativas ao universo feminino e suas particularidades. Em meio a isso circulavam inúmeras prescrições de comportamento para mulheres, refletindo algumas das representações sobre o espaço social, sua atuação e as formas de tornar-se legítima perante uma sociedade que primava pela moral diferenciada para mulheres e homens. O *Jornal das Moças*, como o nome anuncia, tinha um público especificado, portanto seus assuntos eram previstos para a leitura de mulheres e, assim como *O Cruzeiro*, tinha em suas páginas dicas de comportamento que configuravam as atitudes esperadas de mulheres solteiras ou casadas, na mesma esteira da perspectiva de uma conduta ilibada.

⁶ Expressão indicativa da preparação das mulheres dentro de determinados padrões para a convivência social e a conquista da admiração pela boa formação e adequação ao acordo tácito delimitador da função feminina.

No âmbito privado, no trato com a casa, uma área compartilhada pela família, recaía sobre as mulheres o dever de organização, manutenção, recepção de convidados, enfim os afazeres relacionados a esse ambiente, segundo as “boas maneiras” de Dora Maria, eram de inteira responsabilidade das mulheres. A configuração de limites e o estabelecimento de lugares são dados a ler em formas mais sutis, sem tanto impacto, tornando as práticas naturalizadas.

Quanto às vivências fora de casa⁷, no item chamado *Festas*, o livro de Dora Maria apresenta dicas para a iniciação da vida feminina em sociedade e aponta procedimentos a serem evitados para preservar a integridade moral das jovens.

Por mais pobres que sejam os pais, têm o dever de zelar por suas filhas moças e para que elas brinquem o Carnaval, estes devem pertencer a um clube onde as mesmas se divirtam sob suas vistas, dentro dos exatos limites que, por ingenuidade, não conseguem distinguir. (MARIA, 1961: 71).

Uma jovem que recusa uma dança com determinado par, não deverá fazê-lo com qualquer outro, pois seria extrema falta de delicadeza. (MARIA, 1961: 76).

Assim como no excerto de abertura deste texto, a moral que emoldurava o comportamento feminino era pensada sempre de forma relacional. Os comportamentos das jovens, especialmente as solteiras, transitavam entre o cuidado de não oferecer-se aos homens, mas, também não desagradá-los por completo, num jogo onde as mulheres tinham responsabilidades sobre os desfechos na maioria das circunstâncias. Acerca dessa relação, Bassanezi também chama atenção para a forma como *O Cruzeiro* tratava o assédio masculino, “o estímulo quem deu foi ela [...] chamar a atenção dos rapazes (com gestos estudados e sensuais) é depreciativo para a moça” (BASSANEZI, 2007: 612). Portanto domesticar o comportamento feminino fazia parte de uma suposta estabilidade social, na qual os homens apesar de terem passado pelo processo de abrandamento das pulsões (ELIAS, 1993), ainda

⁷ É importante salientar que, apesar de os dois manuais indicarem em seus textos de introdução que foram livros pensados para toda a sociedade como guias de comportamento nos mais diversos âmbitos sociais, os interlocutores aos quais estão direcionadas essas leituras têm uma delimitação específica e um lugar instituído. Tanto Dora Maria quanto Marcelino de Carvalho, dialogam com leitores que têm uma condição social que os possibilita a circulação em certos ambientes que não constituem espaço social de famílias das classes trabalhadoras, por exemplo. Ao indicar comportamentos em clubes e sociedades fechadas, as autoras delimitam a quem se reportam e preconizam um recorte social de classe que estabelece distinções e, por conseguinte recorta também os leitores para quem estão escrevendo seus livros.

tenham (ou tem) o caráter instintivo que os impelia a determinados comportamentos quanto às mulheres.

Nessa condição relacional em que se estabelecem os comportamentos das mulheres, Marcelino de Carvalho, no capítulo chamado *Minhas senhoras*, limitou-se a tratar das questões que se referem ao traje feminino para ocasiões sociais, como almoços e jantares, sem sequer considerar outro tipo de ação que não fosse somente a presença figurativa da mulher em espaços de interação social. A única referência feita às mulheres num ambiente de profissional ocorreu no capítulo nomeado *No escritório*, no qual Carvalho afirma que “hoje, conselhos de bas maneiras aos que trabalham são dedicados aos homens e às mulheres, porque ambos podem ser empregados ou empregadores, chefes ou subordinados” (CARVALHO, 1961: 181). No entanto, a página com o título do capítulo apresenta a imagem de uma mulher sentada à frente de uma máquina de datilografar, sinalizando a ocupação no cargo de secretária. As formas de abordar uma competência eram constantemente comparada, diminuída, relativizada ou apagada pelo fato de ser mulher. A escrita mesclada de intenções que buscam conservar e revolucionar caracteriza a presença de várias camadas de tempo (KOSELLECK, 2014) as quais entrecruzam as muitas experiências acumuladas até aquele momento. Da mesma forma, dá a ler os passados que pesam sobre o presente dos autores, e reverberam assuntos que, ainda no século XXI, suscitam debates sobre questões de igualdade de acesso e condições profissionais para as mulheres.

Na década de 1950 o mercado de trabalho se abriu mais para as mulheres, mas essa abertura se deu com tensões, preconceitos, julgamentos e discriminações (BASSANEZI, 2007). A presença de mulheres no mercado de trabalho não desabilitou a formulação de normas de comportamento específicas que delimitavam as diferenças. Dora Maria exemplificou essas diferenças elaboradas a partir da aparência com que as mulheres devem se apresentar, com vistas a preservar as distâncias e afirmar uma seriedade profissional que parece estar condicionada pelos trajes que elas devem portar. Elas poderiam trabalhar fora, porém, havia recomendações a serem seguidas...

As moças apresentam-se no escritório, usando saia e blusa, sem artifícios exagerados de maquilagem e não penteadas como se fossem a uma festa. Atendem aos chefes e patrões naturalmente, sem a intenção preconcebida – que, infelizmente impera entre nós – de agradá-lo, para merecer atenções particulares, lidando com as

demais colegas com atitudes de prevenção que teriam para com rivais... (MARIA, 1961: 35).

A roupa das mulheres no ambiente de trabalho adquire uma conotação qualitativa quanto a sua postura para a execução de uma tarefa profissional. A adequação ao ambiente se define pelo não chamar a atenção do sexo oposto que, segundo a citação de Dora Maria, geralmente está em cargos superiores de chefia e, não deve incorrer nos riscos do assédio. Na mesma esteira de Bassanezi, não se pode despertar os ímpetos masculinos, os quais são intrínsecos – guardada uma dose exagerada de naturalização e preconceito. A vestimenta feminina para o trabalho circunscreve a concepção de masculinidade que atribuía aos homens às funções de proteção, sustento e superioridade na relação. Haja vista que a presença das mulheres nos diversos campos profissionais passou a ser um processo sem retorno, pelo menos, que fossem preservados os cânones de distinção e distanciamento, os quais também eram, supostamente, de responsabilidade delas.

A mulher inteligente, não se permite adotar qualquer característica da moda, pois os feitos, as tonalidades e as colorações, variam de acordo com cada tipo. Todas as idades têm seu encanto e Honoré Balzac tinha razão, quando elogiava a mulher de 30 anos... Por isso, é vão e pouco hábil por parte da mulher que deseja parecer mais jovem, adotar um modo de vestir-se adequado a quem conta 10 anos a menos! (MARIA, 1961: 148).

Da mesma forma que se impõe a elas normas de convívio, se constroem estatutos de percepção e sensibilidade. A roupa nas mulheres, assim como para todas as pessoas, configura mensagens e identidades nas quais se instalam desejos de pertencimento e de definições sobre si mesma. As escritas de boas maneiras apresentadas por Dora Maria inferem sobre categorias de mulheres que podem ou não buscar legitimidade em seu convívio social. Desconsiderando as sensibilidades sobre o corpo e o espírito, são prescritos modos de apresentar-se como meios de pertencer e estar. No intuito de valorizar todas as fases das mulheres, a autora afirma que “todas as idades têm seu encanto”, no entanto, constrói argumentos para qualificar e desencorajar comportamentos que destoem do padrão pensado como pertinente. Numa escrita que engendra a disciplinarização das mentes e dos corpos, emergem as representações de modos de ser mulher, delimitados pelo tempo. A primeira vista poderia afirmar que é de um tempo passado, no entanto, a construção de argumentos e o intento disciplinador desafiam o movimento temporal, como passados que ainda permanecem presentes.

Ainda que, esse tipo de escrita esteja sob a perspectiva de prescrições, o que interessa aqui é destacar as estratégias materiais que incidem sobre possíveis imaginários e, nesse caso, é um jogo mediado pela escrita que dá a ver um presente que não é mais e, ao mesmo tempo, permanece, hoje, travestido como suposta tradição. É o caso do manual considerado uma interpretação produzida por Cláudia Matarazzo (2004), mencionado no início do texto, mas, também, da própria forma como o autor constroi a prescrição para mulheres em sua introdução.

Uma senhora nunca deve ir a parte nenhuma só e em toda a parte onde for deve fazer todos os esforços possíveis para ser amável, de boa índole e agradecida a todos que a tratarem bem; quando houver pouca gente na sala, pode conversar um pouco mais, mas evitar a companhia daquelas pessoas que fazem roda à parte para falarem pela boca pequena e para rirem às gargalhadas, sem que se saiba qual o motivo de suas risadas; e este procedimento é sempre indiscreto e, por vezes, atrevido, e dá má ideia das moças que não querem que se saiba o que elas dizem; deve evitar os frequentes abraços, ósculos e apertos de mão prolongados, ainda com as suas maiores amigas. (CARVALHO, 1961: XXII).

Nesse movimento de escrita, leitura e elaboração de sentidos se inscrevem as representações daquele período, bem como, a reafirmação de alguns estereótipos, os quais essas escritas desejavam perenizar. Sem a possibilidade de abordar questões de apropriações nesse momento, é possível inferir que ambas as estratégias textuais, de uma mulher e de um homem, corroboram os aspectos genéricos que delimitam comportamentos e espaços de circulação de mulheres. Ao considerar que essas prescrições estavam direcionadas à mulheres, não se refere a uma totalidade, uma vez que, o acesso e o interesse por esse tipo de publicação permanecia restrito às classes consumidoras de livros e desejosas de formação social para diversos objetivos, inclusive, a manutenção de um determinado *status quo*.

A escrita dos dois autores é indiciária de uma forma de representar e constituir o ser e fazer de mulheres da década de 1960. Nos dois casos, a dispersão das prescrições femininas ao longo dos dois livros sinaliza a função das mulheres como mediadoras de várias relações e responsáveis por diversos ambientes que lhes demandavam posturas e atitudes específicas. A “vida trepidante, veloz, inquieta”, a qual se refere Marcelino de Carvalho na orelha de seu manual, tem conotação de mudança, novidade, no entanto, permanece local de reprodução e manutenção de concepções arraigadas que se transformam para permanecer e, garantir os estatutos e as hierarquias sociais. Assim como Koselleck se pergunta “quão nova é a

modernidade?” (2014: 209), me permito pensar os manuais de etiqueta e boas maneiras como “estruturas que viabilizam os eventos” (KOSELLECK, 2014: 215) e sua repetição em tempos e espaços diversos. Dentre outros, esses manuais se constituem em elementos de organização social com vistas à perenizar lugares e determinar funções. Os trechos abordados neste texto deram a ver algumas representações sobre esses lugares e funções das mulheres e, possibilitaram aproximações desse presente distante que ainda reverbera no século XXI.

A partir destes manuais de boas maneiras, os quais foram editados no Brasil na década de 1960, é possível perceber a atuação da escrita como agente configurador de culturas e indícios sobre os imaginários relativos à formação para uma sociedade que se encontrava em meio à tensões geradas por instabilidades nos meios político, econômico e cultural. Sem desconsiderar os fatos de que a indústria gráfica brasileira ainda se expandia e que os índices de analfabetismo eram significativos, é preciso ponderar que essas leituras possivelmente não alcançaram a maioria, mas, que, os conteúdos como eram de ordem prática, poderiam perenizar-se por meio dos hábitos adquiridos. Nesse sentido, considere que os manuais poderiam estar inscritos numa perspectiva multitemporal no sentido de que constroem vínculos contextuais entre a preservação de supostas tradições do passado e o preparo para o futuro sem perder de vista a civilização teoricamente conquistada. Sendo assim, essas leituras configuraram um dos elementos estruturantes para a afirmação de padrões e a instituição de uma determinada configuração, a qual passou a ser parte de imaginários sociais que circulam até o presente século XXI.

Referências

- BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social”. In: Leach, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BASSANEZI, Carla. “Mulheres dos anos dourados”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007: 607-639.
- CARVALHO, Marcelino de. **Guia de Boas Maneiras**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- _____. “Defesa e ilustração da noção de representação”. **Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.
- CUNHA, Maria Teresa Santos Cunha. “Saberes impressos: escritas de civilidade em impressos educacionais - Décadas de 1930-1960”. In: YASBECK, Dalva Carolina; ROCHA,

Marlos Bessa Mendes da. (Orgs.). **Cultura e História da Educação:** Intelectuais, legislação, cultura escolar e impressa. Juiz de Fora/MG: Editora da UFJF, 2009: 232-251.

_____. “História, Educação e Civilidades: a correspondência como um saber escolar na Escola Normal entre as décadas de 1930 e 1960”. **Educação**, Santa Maria/RS, v. 30, n. 2, p. 121-138, 2005.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador.** Volume 2: Formação d Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo.** Estudos sobre a história. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto-PUC/Rio, 2014.

HALLEWEL, Laurence. **O livro no Brasil.** Sua história. São Paulo: EDUSP, 2005.

MARIA, Dora. **Aprenda as boas maneiras.** Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1961.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. **A Arte de Receber:** distinção e poder à boa mesa. Curitiba: Instituto Memória, 2011.